

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****149ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 514/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 60141.000276-2025-71**Requerente: W.A.M.S.****Órgão: COMAER – Comando da Aeronáutica****RESUMO DO PEDIDO**

O requerente solicitou o envio de cópias das páginas dos boletins que contenham as designações dos componentes da *Junta Superior de Saúde (JSS)* da *Diretoria de Saúde (DIRSA)*, referentes aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2024 e 2025.

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO

O órgão informou que, conforme o regimento interno do DIRSA, a JSS possui composição funcional, e não fixa, sendo formada conforme a necessidade para julgamento de perícias médicas. Esclareceu ainda a forma de composição da JSS. Por fim, informou que “*não há como enumerar os componentes da JSS nos anos solicitados pelo requerente.*”

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O requerente questionou a ausência de publicação das designações da JSS e reiterou o pedido inicial.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O órgão ratificou a resposta inicial e não conheceu do recurso, pois considerou que não houve negativa de acesso à informação.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O requerente solicitou que fosse considerado o Regulamento de Administração da Aeronáutica, por entender tratar-se do principal regulamento do COMAER, no qual constaria a necessidade de formalização das designações. Posteriormente, reiterou o pedido inicial.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O órgão não conheceu do recurso, sob o fundamento de que não houve negativa de acesso à informação, nos termos do art. 16 da Lei nº 12.527/2011.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

O requerente reiterou seu pedido inicial e solicitou que fosse considerada a necessidade de designação formal dos integrantes da JSS por meio de publicação em boletim, por entender que a ausência dessa formalização pode ferir princípios constitucionais. Ressaltou que o tema envolve questões de saúde com

impacto direto na vida dos pacientes e na atuação institucional COMAER. Indicou dispositivos do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) e do RISAER que, em sua visão, reforçam a obrigatoriedade de formalização dos atos de designação.

ANÁLISE DA CGU

A CGU manteve interlocução com a FAB, solicitando esclarecimentos adicionais sobre os atos administrativos que formalizam a composição da Junta Superior de Saúde (JSS). Em resposta, a FAB declarou que a JSS opera de forma dinâmica, com composição variável conforme a demanda, e que não há previsão legal para publicação nominal prévia dos integrantes. Diante disso, o COMAER emitiu declaração formal de inexistência da informação, nos termos da Súmula CMRI nº 06/2025. Assim, a CGU considerou que essa declaração possui natureza satisfativa e não configura negativa de acesso à informação, não sendo possível o conhecimento do recurso com base no art. 16 da Lei nº 12.527/2011.

DECISÃO DA CGU

A CGU decidiu pelo não conhecimento do recurso, pois considerou a declaração formal do COMAER de que não existe previsão legal sobre a obrigatoriedade de publicação de ato normativo da composição da JSS, o que constitui resposta de natureza satisfativa, conforme entendimento firmado na Súmula CMRI nº 6/2015. Não se identifica, assim, ter ocorrido negativa de acesso à informação, requisito de admissibilidade do apelo para a 3ª instância, conforme interpretação do inciso I do art. 16 da Lei nº 12.527/2011.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

O requerente reiterou o pedido inicial.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Recurso não conhecido.

· Súmula CMRI nº 6/2015.

ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724/2012 e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022, o recurso atende aos requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, não se configura o requisito de cabimento, uma vez que não houve negativa de acesso à informação. Nesse contexto, constatou-se que o requerente apenas reiterou o pedido inicial, solicitando cópia de boletins internos com as designações da JSS. Ao analisar os autos, verificou-se que o COMAER informou não ser possível atender à solicitação, pois: (i) não há publicação de boletins internos para designações; (ii) a composição da JSS é variável conforme a demanda; e (iii) inexistente previsão legal para publicação nominal prévia dos integrantes. Em razão disso, o órgão deixou de conhecer o recurso, por entender não haver negativa de acesso à informação. Posteriormente, em resposta à interlocução na 3ª instância, o órgão emitiu declaração formal de inexistência da informação, reforçando sua posição. Nessas circunstâncias, não se identifica negativa de acesso à informação, uma vez que a declaração de inexistência constitui resposta de natureza satisfativa, em conformidade com a Súmula CMRI nº 6/2015. Diante do exposto, e considerando os princípios da boa-fé e da fé pública, presume-se a veracidade das informações prestadas pelo órgão. Assim, não se configura negativa de acesso à informação, requisito necessário nos termos da LAI, razão pela qual não é possível conhecer do presente recurso.

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata 149ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece do recurso, pois não foi verificada negativa de acesso à informação, nos termos do art. 24, do Decreto nº 7.724/2012 e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022, sendo cabível ao caso a aplicação da Súmula CMRI nº 6/2015, em razão da declaração de inexistência de informação.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 14/10/2025, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 15/10/2025, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 16/10/2025, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 17/10/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 29/10/2025, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7030791** e o código CRC **C5C98E0F** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0